CONTRATO N.º 394/2017
PROCESSO N.º 3578/2017
Tomada de Preços N.º 6/2017
HOMOLOGADO EM 01/09/17

Objeto: Contratação de empresa especializada para elaborar projeto elétrico junto a Copel para a instalação de luminárias.

Pelo presente instrumento as partes, de um lado, o **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ n.º 76.950.096/0001/10, com sede administrativa a Av. Nilza de Oliveira Pipino, 1852, na cidade de Ubatã, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Haroldo Fernandes Duarte, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da Cédula de Identidade RG. N.º 1.847.057-8 PR e inscrito no CPF n.º 960.951.728-53, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro, como **CONTRATADA**, a Empresa **BATISTA DE OLIVEIRA ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.001.641/0001-26, situada na Avenida Duque de Caxias, 1980, na cidade de LONDRINA, Estado do Paraná, CEP nº 86010-190, Telefone nº (43) 3322-5199, e-mail contato@bolengenharia.com.br, celebram em comum acordo o presente contrato, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito público e cláusulas estipuladas a seguir:

1. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

LOTE ÚNICO					
ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
1	1.200	PTO	Elaboração e aprovação de projeto elétrico junto a Copel para a instalação de luminárias convencionais, luminárias rebaixadas, extensão de rede de distribuição e postes ornamentais em locais a serem definidos pela prefeitura de Ubatã, inclusive a elaboração de memorial descritivo, lista de material e planilha de orçamento da obra.	45,00	54.000,00

2. EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO

2.1. Prazo de execução e protocolo dos projetos junto a Copel: 30 (trinta) dias contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviços.

2.1.1. Para os casos que necessitam de aprovação da Copel a contratada deverá apresentar ao Município a comprovação que os mesmos foram protocolados junto à Copel com prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviços.

2.2. Detalhamento do serviço: A Contratada deverá elaborar os projetos elétricos e protocolar junto a Copel, corrigi-los quando necessário.

2.2.1. Para os Projetos que a Copel indicar imprecisão, a contratada deverá refazer o projeto e protocolar novamente junto á Copel no prazo máximo de 15 (quinze dias).

2.2.2. A contratada deverá encaminhar ao Município três cópias impressas do Projeto e uma cópia em arquivo digital, além de encaminhada outra copia para o e-mail servicosurbanos@ubirata.pr.gov.br e

obras1@ubirata.pr.gov.br, deverá fornecer a ART de execução do Projeto em até 24 horas após a entrega dos mesmos ao Município.

2.2.3. A contratada deverá encaminhar ao Município, qualquer alteração que houver nos projetos.

2.2.4 A contratada deverá realizar visita técnica para conhecer o local de realização do projeto, por ordem de serviços.

2.2.5 A empresa é responsável por todos os custos para a elaboração e aprovação dos projetos, incluso viagens e deslocamentos necessários para elaboração e aprovação dos mesmos.

2.3. Local de Execução: Nos locais descritos na Ordem de Serviços, dentro do limite territorial do município.

2.4. Condições de Execução: O serviço deverá ser executado aplicando impreterivelmente o constante no presente Contrato.

- I. Toda a execução do serviço será acompanhada pelo Fiscal do Contrato, que determinará o refazimento ou conclusão de cada etapa executada ou do projeto todo;
- II. Qualquer projeto, ou parte do mesmo, que apresente defeitos, vícios ou incorreções não revelados, deverá ser refeito, corrigido ou substituído pela contratada, livre de quaisquer ônus financeiro para o Município;
- III. Correrão por conta da contratada as despesas relacionadas com a correção, refazimento e substituição do projeto rejeitado.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Elaborar o projeto solicitado seja: Elaboração de projeto para iluminação ornamental, elaboração de projeto de extensão de rede de distribuição, Elaboração de projeto de Rebaixamento de Iluminação Pública, Elaboração de projeto de instalação de Luminárias;

3.2. No projeto deverá conter o orçamento detalhado por trecho;

3.3. Fazer visita no local solidado através da ordem de serviço antes do início da elaboração do projeto;

3.4. Elaborar planilha orçamentária com referências a tabela SINAP, caso não contenha o serviço ou produto fornecer 3 (três) orçamentos para compor a planilha orçamentária;

3.5. Elaborar a planilha de BDI;

3.6. Elaborar cronograma físico e financeiro;

3.7. Elaborar memorial descritivo com especificações técnicas dos materiais e execução dos serviços que compõem o projeto;

3.8. Fornecer no mínimo três cópias dos projetos impresso aprovados pelo órgão competente (COPEL) ao município;

3.9. Fornecer duas cópias impresso da planilha orçamentária e composições, memorial descritivo e BDI;

3.10. Fornecer ART, (Anotação de Responsabilidade Técnica), com a taxa quitada conforme serviço solicitado, descrevendo todos os trechos contratados.

3.11. Fornecer todos os documentos citados a cima em arquivo digital;

3.12. Todas as documentações técnicas relacionadas deve ser entregue através de protocolo para as secretarias de obras do município;

3.13. A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no presente Contrato, sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, sendo que nos preços praticados em sua proposta deverão estar incluídos materiais, equipamentos, aparelhos, ferramentas, instrumentos, materiais de consumo, mão-de-obra, dissídios coletivos, seguros

em geral, encargos de legislação social, trabalhista e previdenciária, infortúnio do trabalho, hospedagem, locomoções, tributos, administração, lucro e quaisquer outras despesas necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais à execução dos projetos;

3.14. Fornecer mão de obra devidamente qualificada e com conhecimentos básicos para execução dos projetos, arcando com as despesas provenientes dos mesmos (*alimentação, hospedagem, obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, entre outros*), responsabilizando-se do mesmo modo por despesas com combustíveis e transporte, fornecendo ainda todo e qualquer equipamento necessário para execução da obra, sem ônus adicional ao Município.

3.15. Relatar ao Município toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução dos serviços.

3.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

3.17. Responsabilizar-se por danos ocasionados a administração ou a terceiros, causados durante a execução dos serviços.

3.18. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto.

3.19. A contratada deverá realizar visita técnica para conhecer o local de realização do projeto, por ordem de serviços.

3.20. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078 de 1990).

3.21. Refazer, reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no prazo a ser fixado pelo Fiscal do Contrato, qualquer material, componente ou edificação realizada incorretamente.

3.22. Comunicar ao Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos, com a devida comprovação.

3.23. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo Município.

3.24. Indicar preposto para representá-la durante a execução do Contrato.

3.25. Não utilizar quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e rescisão do contrato.

4. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

4.1. Fornecer o mapa do Município;

4.2. Acompanhar a visita técnica no local conforme emissão da ordem de serviços;

4.3. Definir o modelo da luminária a ser implantado no trecho solicitado;

4.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com o Contrato, cláusulas contratuais, planilhas, projetos, memorial descritivo e nos termos de sua proposta;

4.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução dos projetos, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano,

bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

4.6. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

4.7. Pagar à Contratada, conforme medições, o valor resultante da execução da obra, conforme cronograma físico-financeiro;

4.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada;

5. FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

5.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, que será exercido pelo Senhor Valdemir José da Silva.

5.2. Caberá ao fiscal ou ao seu substituto detectar as irregularidades na execução dos serviços, seja em razão de descumprimento de cláusulas contratuais ou de inexecução parcial ou total dos serviços pela Contratada. Portanto, quando o fiscal constatar tais irregularidades, sem êxito nas solicitações de devida regularização junto à Contratada, deve enviar uma mensagem eletrônica com a descrição completa do descumprimento ou da inexecução, informando o nº do contrato, tipo de serviço, período de inexecução, local, nome do funcionário, função, ocorrência (ex: falta de pagamento de salários, falta de uniformes, etc.) e outras informações que julgar importantes à instrução do processo, para que o gestor da Secretaria respectiva realizem os procedimentos para a aplicação das sanções administrativas cabíveis ao caso.

5.3. O fiscal deve anotar em expediente próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou os incidentes verificados e o resultado dessas medidas.

5.4. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

I. Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

II. Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigida;

I. A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

II. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

III. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

IV. A satisfação do público usuário.

5.5. O fiscal promoverá o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.6. O fiscal realizará a fiscalização mensal antes do envio da fatura para pagamento, uma vez que é dessa fiscalização que será realizada a verificação de todos os documentos e informações relativos à execução dos serviços naquele mês.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. O valor do presente contrato é de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), o qual inclui todas as despesas necessárias para a execução total do objeto licitado.

6.2. Para o atendimento das despesas provenientes deste processo, é indicada a seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte de recurso	Valor
1004	3199	339039999900	Demais Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.		93.600,00

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

7.1. O pagamento será realizado após execução e aprovação dos projetos.

7.2. No corpo da Nota Fiscal, deverá ser informado o número do processo, assim como a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente. A não informação dos itens acima levará à devolução da Nota Fiscal.

7.3. Conforme Instrução Normativa 45/2010, o pagamento de despesas será efetivado pelos meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário, obrigatoriamente nominal ao credor, sendo física ou jurídica, conforme consta na documentação dos processos licitatório.

8. PRAZOS

8.1. O prazo de vigência da contratação é de dezoito meses, com início na data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais e forma que alude o artigo 57 e seus parágrafos, da Lei 8.666/93.

9. REVISÃO

9.1. Não se aplica.

10. REAJUSTE

10.1. Não se aplica.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

11.1. Verificadas falhas, irregularidades na execução do objeto, atrasos ou transgressões às cláusulas contratuais o município de Ubiratã notificará a Contratada, que estará sujeita a aplicação das seguintes sanções:

11.1.1. Multa de mora de 1% (um por cento) sobre o valor total contratado por atraso injustificado:

- I. Na execução do objeto;
- II. No refazimento do objeto, conforme descrito no presente Contrato;
- III. No atendimento referente a assuntos referentes à execução do Contrato em que for solicitada a presença da Contratada.

11.1.2. A multa de mora será calculada por hora, dia ou evento, de acordo com a situação e/ou modo de execução previsto no presente Contrato;

11.1.3. O atraso injustificado da execução do objeto em limite superior ao dobro do prazo estipulado inicialmente ensejará na rescisão do Contrato por culpa exclusiva da Contratada.

11.1.4. Multa penal de 3% (três por cento) sobre o valor total do Contrato quando por ação, omissão ou negligência, a contratada infringir qualquer das demais obrigações;

11.1.5. A inexecução parcial ou total da contratação acarretará em multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total não executado e na rescisão unilateral do Contrato por culpa exclusiva da Contratada, a critério do Município.

11.2. Ocorrendo a rescisão por culpa da contratada, sem prejuízo da multa prevista neste Termo e concomitante com esta, a Contratada poderá ficar impedida de contratar com a Administração Pública através de suspensão temporária pelo prazo de até 02 (dois) anos, podendo ser igualmente sancionada com a Declaração de Inidoneidade.

11.3. As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

11.4. A contratada deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a Contratada tenha direito. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

11.5. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa à Contratada.

12. RESCISÃO

12.2. Caso ocorra uma rescisão, fica a parte provocadora obrigada a comunicar a outra com trinta dias de antecedência.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. À Contratada é vedado transferir para terceiros, total ou parcialmente os direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sob pena de rescisão.

14. CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e dos princípios gerais de direito.

15. DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Ficam vinculados ao presente contrato, dele fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e a proposta vencedora da Contratada.

16. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8666 de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de direito público, Lei Complementar nº123/2006, Lei Complementar nº147/2014 e subsidiariamente e os termos deste Contrato.

17. DA ANTICORRUPÇÃO

17.1. O contratado deve observar e fazer observar por seus fornecedores o mais alto padrão de ética durante toda execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do servidor público na execução do contrato;

- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar a execução do contrato;
- c) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando afetar a execução do contrato.
- d) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste item; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

17.2. O organismo financeiro multilateral imporá sanção sobre a empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas na execução do contrato.

17.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima o contratado permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

18. FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubiratã, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Ubiratã - Paraná, 01 de setembro de 2017.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

Prefeito

Contratante

BATISTA DE OLIVEIRA ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA - ME

Representante legal da empresa

Contratada